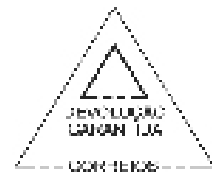


AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CORREIOS

Distribuição gratuita

Lei vai reduzir tempo para aposentadoria das policiais



Carlos Kilian

No Dia Internacional da Mulher, o Plenário da Assembleia apresentou as policiais civis e militares catarinenses com a redução do tempo de contribuição e serviço para a aposentadoria. Os deputados aprovaram na sessão de quarta-feira (8), em primeiro e segundo turnos e redação final, projeto de lei de origem governamental que reduz de 30 para 25 anos o tempo de contribuição previdenciária e estabelece o mínimo de 15 anos de efetivo exercício na função para a concessão do benefício. Agora,

o projeto segue para sanção do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB).

As policiais lotaram as instalações do auditório do Tribunal de Justiça. Com apitos e muita animação, elas já ocupavam assento no auditório antes mesmo do início da sessão, às 14 horas. Duas quedas de energia interromperam a sessão logo após a abertura dos trabalhos, quando os parlamentares faziam uso da tribuna para prestar homenagem às mulheres.

Página 8

Eduardo Guedes de Oliveira



Policiais militares e civis comemoraram a mudança. O projeto resultou de conversações entre Parlamento e Poder Executivo durante a convocação extraordinária, em janeiro e fevereiro



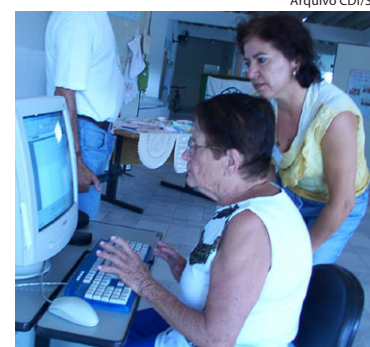
Eduardo Guedes Oliveira

São Joaquim lança Festa Nacional da Maçã

Página 4

AL assina convênio com CDI

Através da Escola do Legislativo, o Parlamento catarinense formalizou parceria com o Comitê para a Democratização da Informática. O trabalho vai permitir que se amplie o número de escolas destinadas a promover a inclusão digital em comunidades carentes



Arquivo CDI/SC

Central

OPINIÃO

A luta das mulheres

A passagem do Dia Internacional da Mulher neste ano tem um caráter especial em Santa Catarina. Foram oficializadas duas importantes iniciativas com a assinatura dos projetos que propõem a criação de instâncias para tratar dos direitos das mulheres no âmbito do governo estadual, através de uma coordenadoria específica, e neste Parlamento, com uma comissão legislativa exclusiva para os temas relacionados às mulheres, desmembrando a atual de Direitos e Garantias Fundamentais.

Nós que temos a responsabilidade de representar, além dos interesses coletivos, também de fazer a defesa dos interesses das mulheres no Legislativo, sabemos da importância desses projetos. São avanços que marcam uma nova fase na organização feminina no Estado.

Entretanto, temos ainda muitos obstáculos a superar. Um dos principais problemas das mulheres brasileiras - e as de

Santa Catarina não são exceção - é a violência. Pesquisas oficiais revelam a revoltante estatística de que a cada 15 segundos uma mulher é agredida ou espancada no país.

Em Santa Catarina, temos a Lei nº 12.947/2004, da notificação compulsória dos casos de violên-

A cada 15 segundos uma mulher é agredida no país

cia contra a mulher atendida em serviços da rede pública e privada. Já se passaram dois anos, e por falta de regulamentação essa norma legal ainda não pode ser aplicada, obrigando que as vítimas de violência tenham de passar pelo atendimento exclusivo no Instituto Médico Legal (IML) quando decidem denun-

ciar o crime do qual foram alvo à Polícia.

Há também a Lei nº 12.630/2003, que cria o programa de amparo às vítimas de violência com a implantação de Casas Abrigo, mas cuja proposta ainda não teve o efeito concreto e necessário. Temos apenas três unidades em operação, nos municípios de Blumenau, Joinville e Balneário Camboriú, sendo que a carência existe nos demais pólos microrregionais.

Temos a esperança de que com a implantação da Coordenadoria Estadual da Mulher, que segundo compromisso do Executivo será em curto prazo, essas questões possam ser solucionadas. Assim que, mais de que comemorar, o 8 de março continua sendo momento de reflexão e oportunidade para fortalecer a mobilização das mulheres pela plena cidadania, dignidade e respeito.

Deputada Ana Paula Lima (PT)

Aposentadoria especial: uma justa medida

Iniciativa do governo do Estado, acolitada pela Assembléia Legislativa, fez justiça aos homens e mulheres operadores da Segurança Pública em Santa Catarina, ao conceder-lhes direito à obtenção de aposentadoria especial, representada pela redução do tempo de prestação de serviço.

Com isso, no essencial, grosso modo, os homens poderão inativar-se aos trinta anos de serviço e as mulheres aos vinte e cinco.

A natureza estressante da atividade, permeada pelo lidar permanente com o perigo e com o imponderável, é a justificativa maior para a concessão de tal benefício.

Direito reivindicado há décadas, veio de ser materializado mercê de decisão grandiloqüen-

te dos governantes e parlamentares estaduais e da pertinência dos agora beneficiários e de suas briosas entidades de classe.

Isso prova que, quando há vontade política, quando há entendimento, quando há o cumprimento da palavra empenhada, quando há sensibilidade (afinal, para governar e legislar, mais do que saber é preciso sentir), existe espaço para deliberações maiores e consensuais em torno de questões de grande alcance, como sói ser a concessão de aposentadoria especial aos trabalhadores da segurança pública.

Com certeza, trata-se de mais uma relevante medida adotada pelo governo do Estado, numa área tão sensível como a segurança pública, cujas demandas são crescentes a cada dia, valori-

zando aquilo que ela tem de mais precioso: seu capital humano.

Afinal de contas, o avanço tecnológico é essencial, os equipamentos são indispensáveis, mas o elemento humano, esse é imprescindível.

Como ex-secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, tendo convivido diuturnamente com esses operosos servidores, bem sei da importância que a medida alcança, sobretudo como direito e como conquista arduamente perseguidos.

Estão, pois, de parabéns todos os que protagonizaram esse belo episódio.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB/líder do governo na Assembléia)

Misses visitam o Parlamento

Eduardo Guedes Oliveira



Catarinenses disputam o título de mais bela do estado no dia 11 de março

As 23 candidatas a Miss Santa Catarina 2006, acompanhadas do colunista social Moacir Benvenutti, estiveram no Tribunal de Justiça para uma visita aos deputados nesta quarta-feira (8). Devido a uma queda de energia, as misses não conseguiram entrar no Plenário e foram recebidas pelos parlamentares no hall do prédio, onde foram fotografadas junto aos representantes de suas regiões.

No próximo sábado (11), no Centreventos Cau Hansen, em Joinville, será conhecida a vencedora que representará Santa Catarina no concurso Miss Brasil 2006, no Rio de Janeiro, dia 8 de abril. As candidatas que disputam

o título representam os municípios de Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Campos Novos, Criciúma, Florianópolis, Garopaba, Gaspar, Içara, Indaial, Itajaí, Itapema, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Palhoça, São José, São Pedro de Alcântara, Siderópolis, Timbó, Tubarão e Videira.

Para chegar ao título de Miss Santa Catarina, as candidatas estão passando por várias etapas. O concurso de gala foi realizado em Blumenau, no dia 6. As misses passaram pela etapa de beleza plástica no balneário de Ingleses, em Florianópolis. Na quinta-feira (9), as jovens seguiram conhecendo o estado e foram a Criciúma para a avaliação dos trajes típicos.

[AGENDA]

• **10 e 11 de março:** Audiências públicas da Comissão de Turismo e Meio Ambiente.

Local: Blumenau, Apiúna e Botuverá

• **14 de março, após a sessão ordinária:** Reunião do Fórum Parlamentar Permanente da Casan.

Local: Sala de Imprensa

• **15 de março, 9 horas:** Abertura da exposição da artista plástica Cláudia Kopsch.

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Viviane Olgada Fonseca e Suelen Regina Hilário

Proposta muda categoria de Parque

Jonas Lemos Campos



Luiz Henrique recebeu o anteprojeto em audiência requisitada pelo presidente da Casa, Julio Garcia

Escola de Governo e Cidadania inicia cursos

Eduardo Guedes de Oliveira



Escola presta homenagem a Jacó Anderle

A próxima turma da Escola de Governo e Cidadania Jacó Anderle inicia o primeiro curso do ano no dia 14, em Florianópolis. O ex-secretário da Educação, falecido no ano passado, está entre os grandes políticos catarinenses. No últimos anos, foi um dos principais "pensadores" do PSDB.

A aula inaugural, sob o tema "Ação legislativa e democracia participativa", será ministrada pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia. A Escola de Governo mantém parceria com o Legislativo. As aulas serão realizadas sempre às terças-feiras, no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O objetivo do curso é qualificar o cidadão comum para uma melhor e mais

ativa participação na sociedade, independente da forma que tenha escolhido para isso: seja em sua associação de bairro, sindicato, como funcionário público, profissional liberal, deputado, vereador ou donde-casa. As matrículas estão abertas até o dia 13.

Para participar, não é necessário ter formação superior,

mas interesse em engajar-se em sua comunidade, trocar experiências e aprender formas de ajudar a controlar os governos, sejam eles federal, estadual ou municipal. Em 13 cursos já realizados, a Escola formou cerca de 600 alunos, hoje atuantes nos mais diferentes setores da sociedade, de várias idades, interesses e ideologias das mais diversas. Atualmente, Santa Catarina é o estado brasileiro com o maior número de escolas de governo e cidadania do país. Além de Florianópolis, há cursos em Joinville, Jaraguá do Sul, Lages e Chapecó. A finalidade é qualificar pessoas que queiram atuar como lideranças ou gestores na esfera pública ou sociedade civil. A Escola não tem vínculos partidários.

Fórum vai ampliar debate da proposta

A constituição do Fórum Parlamentar Permanente para acompanhar e debater a proposta de recategorização da área do entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro foi aprovada na quarta-feira (8).

A criação do Fórum foi proposta pelo deputado Vanio dos Santos (PT) e contou com apoio ainda do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), e dos deputados João Henrique Blasi (PMDB) - líder do governo -, Sérgio Godinho (PSB) e Lício Mauro da Silveira (PP).

A relatoria do Fórum será feita pelo deputado Blasi, e a coordenação ficará sob a responsabilidade do deputado Vanio.

"Através do Fórum, a Assembleia promove o debate para que a proposta atenda e harmonize as exigências ambientais e as necessidades dos moradores", assinalou Vanio. Já na próxima semana, o Fórum terá um cronograma de trabalho.

Anteprojeto que transforma o Parque da Serra do Tabuleiro em Área de Proteção Ambiental, desenvolvido por iniciativa das comunidades e entregue ao governador, já está com a Fundação de Meio Ambiente, que se comprometeu a analisá-lo até o final do mês.

O presidente da Fatma, Sérgio Grando, se comprometeu a fazer até o fim de março a análise da proposta de recategorização da área do entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, apresentada por representantes do Movimento pela Recategorização. Hoje a área é definida como de Proteção Especial, limitando o uso das propriedades. Em reunião realizada no dia 7, entre representantes do grupo e a Fatma também ficou definido o envio de um projeto de lei à Assembleia com a finalidade de resolver os problemas que envolvem a população do entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Essas informações foram dadas pelo deputado Vanio dos Santos (PT) durante a sessão plenária da tarde de terça-feira (7).

Um dia antes, em reunião realizada na Casa D'Agrônoma, representantes do movimento já haviam entregado ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) o anteprojeto propondo que a área seja enquadrada como uma Área de Preservação Ambiental (APA). Na ocasião estavam presentes o presidente da Assembleia, deputado Julio Garcia (PFL), que solicitou audiência, os deputados Vanio dos Santos, Sérgio Godinho (PSB), Lício Mauro da Silveira (PP), João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo.

Direito

Segundo o deputado Vanio dos Santos, a recategorização da área para uma APA, vai permitir que os moradores usufruam dos seus imóveis, como fazer construções, por exemplo, mas dentro de determinados parâmetros de preservação. "Hoje, as pessoas são impedidas de usufruir de

suas propriedades", disse.

O parque, criado através do Decreto nº 1.260/75, pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis, abrange áreas de nove municípios. São eles: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes, englobando também as ilhas de Forta-

Transformação em APA pode resolver problema que atinge cerca de 15 mil habitantes em nove municípios

leza/Araçatuba, Ilha do Andrade, Papagaio Pequeno, Três Irmãs, Moleques do Sul, Siriú, Coral, dos Cardos e a ponta sul da Ilha de Santa Catarina, na localidade de Naufragados. Os deputados wSérgio Godinho (PSB) e Lício Mauro da Silveira (PP) também participaram da reunião.

O líder do (PSB), deputado Sérgio Godinho, presente aos encontros em que o tema é debatido, manifestou desejo de que o problema seja resolvido o mais breve possível, permitindo assim que moradores do local possam ser indenizados ou ocupar de forma legal suas terras.

Desde o ano passado, por iniciativa do deputado Vanio dos Santos, o Parlamento tem buscado mediar uma solução para o conflito desencadeado entre as comunidades, Ministério Público e Fatma.

Carlos Kilian



Petista apóia a iniciativa dos moradores

INSTITUCIONAL

São Joaquim lança 15ª Festa da Maçã

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Celebrar a colheita da maçã, preservar e disseminar a cultura da serra catarinense é a essência da Festa Nacional da Maçã, cuja 15ª edição acontece de 19 a 23 de abril, em São Joaquim. O evento atrai milhares de turistas de todos os estados do Brasil.

O lançamento da festa aconteceu na noite de segunda-feira (6), no hall da Assembléia Legislativa, reunindo autoridades e conterrâneos joaquinenses.

A Festa, realizada há mais de 50 anos, tornou-se um multievento, pois reúne inúmeros tipos de atrações, como seminários temáticos, gastronomia típica da região, shows nacionais e diversos concursos. "O nosso objetivo é atrair o maior público possível, por isso optamos em organizar uma programação bem eclética", resumiu o prefeito municipal Newton Stélio Fontanella (PP).

Até o ano passado, a festa teve a duração de dez dias. Neste ano, a programação será feita em cinco dias. Conforme o secretário de Turismo de São Joaquim, Anderson Outuki, a medida vai economizar custos e, ao mesmo tempo, proporcionar melhor qualidade ao público visitante.

A maçã começou a ser produzida em escala comercial em São Joaquim a partir de 1975 e é o destaque da produção da região.

O município é o terceiro produtor nacional e o segundo estadual, graças ao clima favorável e ao envolvimento de mais de mil

produtores que cultivam a fruta em 4.300 hectares. A colheita chega a movimentar mais de R\$ 100 milhões em cada safra. A expectativa é que sejam produzidas 140 mil toneladas de maçã até 2007.

Entre as novas atrações, o evento conta com a criação da Vila Gastronômica Artesanal, onde serão servidos pratos típicos, e a exposição do melhor artesanato local, espaço reservado especialmente para o comércio do município. Também estão confirmados o Concurso Nacional de Qualidade de Maçã e a Festa do Peão e Boiadeiro. "São Joaquim desponta no mercado nacional como um dos municípios catarinenses em franco desenvolvimento. É a melhor maçã do mundo", declarou o deputado Sérgio Godinho (PTB), representando o presidente da Assembléia Legislativa.

Também estavam presentes ao lançamento da 15ª edição da Festa Nacional da Maçã, os deputados Lício Mauro da Silveira (PP), Antônio Ceron (PFL), Reno Caramori (PP), Manoel Mota (PMDB), além do ex-governador Esperidião Amin e o ex-deputado Paulinho Borhnausen.



Deputados prestigiaram o lançamento do evento, que a cada ano traz inovações, além de shows e atrações típicas



Antonio Zille (ao microfone) convidou a todos para conhecerem a festa

Hortalças

A 7ª Festa Nacional das Hortalças (Fenahort), que começou no dia 8 em Urubici, e estende-se até domingo (12), também teve seu lançamento oficial realizado na sede o Poder Legislativo, no dia 22 de fevereiro. Na oportunidade, Arzão Marcondes (PFL), vice-prefeito e presidente da Comissão Central Organizadora da festa, salientou a importância da participação da Assembléia nos eventos promovidos pelos municípios.

O espaço do hall abrigou a exposição dos produtos típicos de Urubici, considerado o maior produtor de hortalças de Santa Catarina. O prefeito Antonio Zilli (PSDB) disse que será um prazer receber os catarinenses, convidando-os para que visitem Urubici.

Também estavam presentes à solenidade de lançamento os deputados Lício Mauro da Silveira (PP), Valmir Comin (PP), Dionei Walter da Silva (PT), Reno Caramori (PP), Sérgio Godinho (PSB), Jorginho Mello (PSDB), Maurício Escudlark (PSDB) e Manoel Mota (PMDB). Diversos parlamentares reforçaram o convite para a festa.

Escola inicia ciclo de cursos no Estado

Com o tema "Liderança também é Questão de Gênero", começa no dia 23, em Lages, na Região Serrana, a primeira de um total de quatro etapas do curso de capacitação política para mulheres. De caráter suprapartidário, o evento tem a duração de dois dias e objetiva incentivar e capacitar a participação das mulheres em projetos sociais, sob a ótica de gênero quanto à formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas.

A realização é resultado de parceria entre a Assembléia Legislativa – através da Escola do Legislativo -, Associação Casa da Mulher Catarina e Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos.

Palestras, estudos de casos e trabalhos em grupo estão na programação deste curso, cujas inscrições são gratuitas e as vagas limitadas. O presidente da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco (PP), abrirá o encontro com a palestra "Poder e Ética". Entre os palestrantes estão as professoras Zuleika Lenzi, que vai falar sobre "Gênero e Políticas Públicas", e Lígia Hann Luchmann, abordando dois temas - "Mulheres no Poder" e "Marcos Legais e Planejamento e Desenvolvimento Sustentável". A palestra de encerramento com o tema "Empobrecimento das Mulheres", apresentada pela professora Clair Castilhos Coelho, será aberta ao público.

As próximas etapas do ciclo

acontecem em Criciúma, nos dias 27 e 28 de abril; em Jaraguá do Sul, nos dias 4 e 5 de maio, e em Florianópolis, nos dias 25 e 26 de maio.

Seminário

Nos dias 30 e 31 deste mês, a Escola realiza o Seminário sobre Legislação Eleitoral, no auditório do Tribunal de Contas, na praça Tancredo Neves, na capital. O seminário tem como objetivos debater os diversos aspectos da legislação eleitoral, esclarecer os candidatos sobre as condutas vedadas aos agentes públicos em períodos eleitorais e discutir os mecanismos de fiscalização do abuso do poder econômico e do abuso do poder político nas

disputas eleitorais de 2006.

Pedro Roberto Decomain, promotor público em Itaiópolis e profundo conhecedor da matéria, é um dos palestrantes. Haverá uma mesa-redonda sobre "Legislação Eleitoral e o Aperfeiçoamento da Democracia", com a participação de representantes dos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa.

As inscrições para o curso e para o seminário podem ser feitas através da internet, no site www.alesc.sc.gov.br/alesc/escola, onde os interessados poderão conferir a programação. Mais informações pelos telefones (048) 3221-2828 e 3221-2952. Será emitido certificado de participação.

COMISSÕES

Eduardo Guedes Oliveira



Durante duas semanas, as lideranças de todas as legendas mantiveram conversações para definir os integrantes

Comissões: bancadas definem nomes

Os diversos projetos começaram a ser analisados pelos parlamentares

Os líderes de bancadas anunciaram na sessão plenária de terça-feira (7) os nomes dos parlamentares que vão integrar 12, das 14 comissões permanentes da Casa. Os nomes para as comissões de Educação e de Direitos e Garantias Fundamentais devem ser anunciados nos próximos dias.

A bancada feminina, integrada pelas deputadas Ana Paula Lima (PT), Simone Schramm (PMDB) e Odete de Jesus (PL), propôs a criação de uma comissão específica dos Direitos da Mulher, área hoje abrangida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

Também faltam ser definidos os presidentes e vice-presidentes das Comissões de Economia e de Transporte.

Todas as comissões têm uma vaga assegurada às bancadas com menos de cinco deputados (PTB, PL, PPS, PDT, PSB e P-SOL). A indicação é decidida por consenso entre esses partidos. O cálculo é feito a partir da divisão do número de deputados (40) pelo número de vagas nas comissões, já descontando as ocupadas pelas bancadas menores. Com estes números, a cada cinco parlamentares o partido tem direito a ocupar uma vaga.

As comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Tributação (CFT) são as duas únicas com nove integrantes. As demais são compostas por sete parlamentares. (Confira a composição das comissões ao lado)

Como as comissões estão compostas

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Jorginho Mello (PSDB) - presidente
Celestino Secco (PP) - vice-presidente
Gelson Merísio (PFL)
Onofre Agostini (PFL)
Francisco de Assis (PT)
Paulo Eccel (PT)
João Henrique Blasi (PMDB)
Gelson Sorgato (PMDB)
Afrânio Boppré (P-SOL)

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Wilson Vieira - Dentinho (PT) - presidente
Gelson Merísio (PFL) - vice-presidente
Dionei Walter da Silva (PT)
Antônio Ceron (PFL)
Maurício Eskudlark (PSDB)
Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)
Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)
Romildo Titon (PMDB)
Odete de Jesus (PL)

TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)
Nelson Goetten (PFL)
Vanio dos Santos (PT)
Afrânio Boppré (P-SOL)
Maurício Eskudlark (PSDB)
Gelson Sorgato (PMDB)
Reno Caramori (PP)

SEGURANÇA PÚBLICA

Dionei Walter da Silva (PT) - presidente
Onofre Agostini (PFL) - vice-presidente
Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP)
Maurício Eskudlark (PSDB)
Manoel Mota (PMDB)
Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT)
Wilson Vieira - Dentinho (PT)

SAÚDE

Onofre Agostini (PFL) - presidente
Ana Paula Lima (PT) - vice-presidente
Joares Ponticelli (PP)
Maurício Eskudlark (PSDB)
Antônio Aguiar (PMDB)
Simone Schramm (PMDB)
Sérgio Godinho (PSB)

LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulo Eccel (PT) - presidente
Celestino Secco (PP) - vice-presidente
José Carlos Vieira (PFL)
Jorginho Mello (PSDB)
Romildo Titon (PMDB)
Dionei Walter da Silva (PT)
Altair Guidi (PPS)

ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Clésio Salvaro (PSDB) - presidente
Francisco de Assis (PT) - vice-presidente
Celestino Secco (PP)
Antônio Ceron (PFL)
João Henrique Blasi (PMDB)
Narcizo Parisotto (PTB)
Cesar Souza (PFL)
Wilson Vieira - Dentinho (PT)
Antônio Aguiar (PMDB)

AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Reno Caramori (PP) - presidente
Dionei Walter da Silva (PT) - vice-presidente
Gelson Merísio (PFL)
Maurício Eskudlark (PSDB)
Manoel Mota (PMDB)
Genésio Goulart (PMDB)
Altair Guidi (PPS)

TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Vanio dos Santos (PT) - presidente
Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) - vice-presidente
Paulo Eccel (PT)
Clésio Salvaro (PSDB)
José Carlos Vieira (PFL)
Afrânio Boppré (P-SOL)
João Henrique Blasi (PMDB)

MERCOSUL

Celestino Secco (PP) - presidente
Vanio dos Santos (PT) - vice-presidente
Cesar Souza (PFL)
Jorginho Mello (PSDB)
Manoel Mota (PMDB)
Simone Schramm (PMDB)
Narcizo Parisotto (PTB)

TURISMO E MEIO AMBIENTE

Sérgio Godinho (PSB) - presidente
Vanio dos Santos (PT) - vice-presidente
Nelson Goetten (PFL)
Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)
Francisco de Assis (PT)
Reno Caramori (PP)
Maurício Eskudlark (PSDB)

ECONOMIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Joares Ponticelli (PP)
Gelson Merísio (PFL)
Wilson Vieira - Dentinho (PT)
Genésio Goulart (PMDB)
Sérgio Godinho (PSB)
Maurício Eskudlark (PSDB)
Gelson Sorgato (PMDB)

ESPECIAL

Assembléia firma parceria para promover inclusão digital

A partir de março, o Parlamento, através da Escola do Legislativo, passa a ser parceiro do Comitê para a Democratização da Informática

Rose Mary Paz Padilha

O trabalho destina-se a levar o conhecimento da informática, aliado à discussão de temas ligados à cidadania, às comunidades de baixa renda, através das Escolas de Informática e Cidadania (EICs).

O Comitê para a Democratização da Informática é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que surgiu em 1995 na favela Santa Marta, no Rio de Janeiro. A iniciativa do empresário e professor de informática, Rodrigo Baggio, utiliza a tecnologia da informação como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania. O Comitê atua em 19 estados brasileiros, além de Argentina, Chile, Colômbia, México, Uruguai e África do Sul.

Computadores, impressoras, softwares, apostilas e capacitação

de educadores, além de acompanhamento técnico e pedagógico, são cedidos sem qualquer ônus às comunidades. As EICs resultam da parceria com organizações comunitárias ou movimentos associativos, com o objetivo de mobilizar os segmentos excluídos da sociedade para a transformação da sua realidade. "Nosso diferencial é fazer com que as pessoas usem o computador no seu dia-a-dia e não apenas no período em que durar o curso. O CDI dá o computador, a capacitação, a manutenção, mas com o passar do tempo é preciso que a escola caminhe com os próprios pés. O sucesso de cada escola está diretamente ligado às ações da comunidade", detalha Norival Viel, diretor administrativo do CDI/SC. Voluntário nesse trabalho, como toda a diretoria da ONG, convida empresas e pessoas físicas para

participarem e cita alguns exemplos de voluntariado. "Temos um médico cardiologista e um militar da reserva que dedicam um dia por semana às escolas, trabalhando na manutenção dos computadores. Eles fizeram um curso para trabalhar na manutenção dos próprios computadores e o que eles aprenderam agora é repassado aos alunos", conta.

Conforme a responsável pela área de Relações Institucionais, Kelly Cristina Tasca, o CDI/SC vem trabalhando na atualização das escolas e implementação de novas unidades. "Isso só será possível com o apoio das empresas mantenedoras. Essa parceria com a Assembléia Legislativa vai contribuir para reduzir as desigualdades sociais, vindo ao encontro dos princípios sempre defendidos por esse Poder", assinala.

Meta do Comitê é auxiliar na transformação social efetiva

A visão futura do Comitê para a Democratização da Informática é tornar-se um projeto com efetiva influência no destino social dos países onde atua. Ampliar o conceito de inclusão digital como integração entre educação, tecnologia, cidadania e empreendedorismo, visando à transformação social.

Em Santa Catarina, uma das principais metas do CDI para o ano de 2006 é a criação de um Centro



Os cursos aliam a tecnologia ao processo de conscientização dos jovens

de Treinamento para oferecer capacitação avançada de informática e promover a formação contínua de educadores para atuarem na rede CDI. Já estão disponíveis um servidor e nove computadores e o comitê está procurando parceiros que possam colaborar na viabilização do projeto.

Como contra partida, os parceiros poderão utilizar esse centro para capacitar, por exemplo, funcionários terceirizados que

se enquadram no perfil de baixa renda. Outra meta para 2006 é ampliar a duração dos cursos, passando das 45 horas atuais para 60 horas, com noções de Windows, Word, Excel, Power Point e internet. Também será concretizada este ano a criação da Escola de Manutenção de Computadores, em parceria com a Fundação Casan. A previsão é capacitar 80 alunos por ano.



Trabalho voluntário é a base da iniciativa do CDI, que já formou dezenas de turmas que poderão contar neste ano com cursos de manutenção das máquinas

Conscientização e fraternidade são a base da proposta

Os conceitos definidos pelo educador brasileiro Paulo Freire serviram de referencial para a formulação da proposta do CDI, que acredita que a verdadeira educação deve ser voltada para a conscientização e a transformação da sociedade, visando à construção de um mundo mais fraterno e mais justo.

A metodologia de trabalho das Escolas de Informática e Cidadania é trabalhar temas que fazem parte do contexto de cada comunidade.

Na EIC de Sambaqui, em Florianópolis, por exemplo, pesquisa feita pelos alunos apontou crescimento de 30% nos índices de violência nessa comunidade, causado principalmente pelo uso de drogas. Em outra escola, na EIC da Costeira, também na capital, a preocupação dos alunos foi com a carência de quadras poliesportivas para atender 1.880 estudantes matriculados na rede de ensino da comunidade. Em ambas as situações, alunos e educadores trabalharam na sugestão de alternativas para solucionar os problemas existentes.

Os planos de aula incluem ainda dicas para entrevista de emprego, elaboração do currículo do candidato, sugestões sobre economia doméstica e pesquisa de supermercado, entre outros.

O QUE PREVÊ O ACORDO

Protocolo de Intenções entre o CDI e o Legislativo estadual estabelece a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências. O objetivo é a formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos, bem como o desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum da Assembléia e do CDI.

O presidente da Escola do Legislativo, deputado Celestino Secco (PP), considera promissora a parceria. "O CDI tem experiência e

conhecimento para criar canais de comunicação permanentes, com o objetivo de melhorar as políticas públicas de inclusão social, realizando cursos, palestras, seminários, feiras. O que eles desenvolverem nesse sentido a Escola do Legislativo vai apoiar. Um dos papéis do Parlamento é estimular implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum da Assembléia e do CDI. As Escolas de Informática e Cidadania (EICs) são uma realidade no estado há cinco anos. São 42 unidades instaladas nas regiões de Blumenau, Florianópolis, Criciúma e Chapecó.



Auto-estima das detentas tende a se elevar com a participação nos cursos

Projetos especiais dão esperanças a detentos

Embora o público do CDI seja formado, prioritariamente, por jovens moradores de comunidades carentes, o modelo de gestão e a proposta pedagógica da organização adaptam-se facilmente às necessidades específicas dos mais variados grupos. Essa flexibilidade tem ampliado o foco dos projetos e hoje há Escolas de Informática e Cidadania em instituições para portadores de deficiência, institutos psiquiátricos e aldeias indígenas.

As EICs também estão presentes entre populações carcerárias, incluindo abrigos para jovens em conflito com a lei.

A proposta pedagógica tem como base o uso da tecnologia enquanto uma aliada da educação. Sua utilização no processo de emancipação das pessoas, pode agregar valores antes totalmente desconhecidos e distantes da realidade dos apenados.

A experiência da EIC Reviver, no Presídio Feminino de Florianópolis, é um bom exemplo. Há algum tempo a artesã Marisol trabalha com a confecção de figuras em argila, representando o folclore catarinense. Na EIC Reviver, ela aprendeu a produzir etiquetas para suas peças, antes comercializadas sem identificação. Agora, cada figura confeccionada, como a Maricota e a Bernunça, recebe uma etiqueta com dados da artesã e das peças folclóricas. "Sou outra pessoa hoje e saírei daqui ainda mais decidida", diz ela.

A EIC Reviver nasceu em setembro de 2003. No mesmo período, Eliane começava a cumprir sua pena. Um mês depois, ela ingressou na primeira turma da Escola. "Cheguei com a auto-estima baixa e hoje sinto orgulho por saber que sou capaz", conta. Eliane participou de cursos de capacitação e agora auxilia outras detentas na Escola. Ela orienta trabalhos com tema livre no final dos cursos. Esse espaço é dedicado ao desenvolvimento de assuntos diretamente ligados às realidades vividas pelas apenadas, abordando questões como a guarda dos filhos, consumo de drogas, prática de sexo seguro, liberdade, retorno ao convívio social, etc.

Até aqui, cerca de 90 detentas já foram capacitadas no Curso de Introdução à Informática. Com a transformação de várias alunas em educadoras, a EIC Reviver ganhou mais independência de ajuda externa.

Penitenciária

Em novembro do ano passado, foi a vez da Penitenciária Masculina de Florianópolis ganhar uma unidade. As primeiras turmas já começaram seu aprendizado.

Em Tubarão, parceria entre o CDI-SC, prefeitura e Unisol possibilitou a criação de uma EIC no Centro de Internamento Provisório, destinado a abrigar menores infratores.



Norival e Kelli consideram essencial a participação do Legislativo



Celestino: "Estímulo ao desenvolvimento da responsabilidade social"

Como participar do CDI

As organizações interessadas em participar dessa iniciativa deverão entrar em contato pelo telefone (48) 3322-2020 ou e-mail contato@cdisc.org.br.

A participação pode ser através do desenvolvimento de trabalhos voluntários nas escolas de informática ou na gestão do CDI/SC; doação de equipamentos novos ou usados, como computadores e monitores e de recursos financeiros para a gestão das escolas e da prestação de serviços ou apoiando ações em diversas frentes, desde a comunicação até

assessorias técnicas.

Além disso, convênio assinado recentemente com a Celesc permite que pessoas físicas colaborem com a doação de recursos para a manutenção das Escolas existentes e abertura de novas, através do desconto na fatura mensal de energia elétrica.

Quem quiser contribuir deverá preencher o formulário "Doação através de débito em conta de Energia da Celesc" e encaminhá-lo ao CDI/SC, na avenida Rio Branco 404, Torre 2, sala 105, Centro, Florianópolis, CEP 88015-201.

PLENÁRIO

Policiais femininas, civis e militares, poderão se aposentar mais cedo



Calos Kilian

Policiais catarinenses de diversas partes do Estado lotaram o auditório do Tribunal de Justiça

Os deputados aprovaram no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, projeto de lei que reduz o tempo de contribuição previdenciária de 30 para 25 anos e estabelece um mínimo de 15 anos de efetivo exercício na função.

Profissionais de todo o Estado acompanharam a votação. O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), assinalou que as mudanças nas regras para a aposentadoria das policiais atende a uma justa reivindicação da categoria. "Queremos com isso prestar mais uma homenagem às mulheres em seu dia", acrescentou ao anunciar a inclusão da matéria na ordem do dia.

Quando os líderes se revezavam ao microfone, por volta das 15h15min, uma queda de energia adiou o desfecho do projeto. Uma sobrecarga no sistema de refrigeração colocava, mais uma vez, o grupo de mulheres em expectativa. Enquanto técnicos tentavam contornar o problema, Julio Garcia transferiu a sessão para uma sala ao lado, onde os deputados discutiram e aprovaram por 26 votos (unanimidade de votos) o projeto, que agora segue para sanção do governador.

Por volta das 17 horas, a energia retornou ao auditório e então o presidente anunciou o resultado, recebendo aplausos esfuziantes da platéia. "Mulheres unidas

jamais serão vencidas. Mulheres unidas jamais serão vencidas", gritavam as policiais. Na saída do auditório, o relator do projeto, deputado Jorginho Mello (PSDB), foi cercado pelas mulheres, que não se cansaram de abraçar o parlamentar. Cartazes e faixas faziam menções de agradecimento aos deputados Jorginho Mello, João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, e Maurício Eskudlark (PSDB), que é delegado de Polícia e trabalhou para a aprovação do projeto.

Requerimento

Os parlamentares aprovaram na mesma sessão, requerimento dos deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Altair Guidi, líder do PPS; Antônio Ceron, líder do PFL; Francisco de Assis, líder do PT, manifestando apoio à investidura do desembargador Jorge Mussi no Superior Tribunal de Justiça.

Também foi aprovada moção, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), condenando ação da Fatma em Canoinhas.

Projeto impõe regras rígidas para importação de arroz

Como medida de proteção aos rizicultores catarinenses e à saúde dos consumidores de arroz no estado, o deputado Joares Ponticelli (PP) protocolou na segunda-feira (6), o Projeto de Lei nº 57/06. A proposta proíbe a comercialização, estocagem e o trânsito de arroz importado de outros países para consumo e comercialização em Santa Catarina, que não tenham sido submetidos à análise de resíduos químicos de agrotóxicos ou de princípios ativos usados, também, na industrialização dos referidos produtos.

O projeto de Ponticelli contém uma relação de agrotóxicos e fungicidas proibidos de utilização no Brasil. Para o progressista, além dos problemas de ordem econômica e competitividade prejudicial ao produto brasileiro, o arroz importado acarreta um risco extra à saúde dos consumidores, já que utiliza mais de 50 pesticidas que são proibidos no território brasileiro. Também não é submetido à análise de resíduos químicos de agrotóxicos ou de princípios ativos usados na sua industrialização.

Cerca de 12 mil famílias catarinenses produziram 1,05 milhão de toneladas do cereal no ano passado e ainda foram importadas 1



Ponticelli acredita que as medidas podem minimizar a crise do setor

milhão de toneladas. "Conto com o apoio, aperfeiçoamento e a votação do projeto, da mesma forma que aconteceu no Rio Grande do Sul, que sancionou lei semelhante no último dia 1º", pediu.

O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) manifestou apoio à proposta. Peninha lembrou que a Argentina já tem seu mercado protegido, como é o caso dos produtos brasileiros dos setores calçadista, têxtil e de geladeiras, que têm dificuldades para exportar devido a acordos.

Para Ponticelli, a economia rizicultora catarinense está falimen-

tar. "Estão pagando muito alto para produzir, cerca de R\$ 22 ou R\$ 23 a saca, mas só conseguem vender por R\$ 16 ou R\$ 17. Não há por parte de nenhum governo, nem federal, nem estadual, uma política de socorro neste momento", comentou.

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, aposta na ampliação do leque de produtos abrangidos pela proposição. "Temos que discutir a redução do ICMS dos importados", frisou, sugerindo que se faça um trabalho com os governos de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Riscos de anabolizantes devem ser divulgados

Desde o dia 10 de janeiro as academias de ginástica, clubes esportivos e estabelecimentos similares estão obrigados a exibir em suas dependências, nos locais de circulação e permanência de alunos e frequentadores uma placa de advertência sobre o uso inadequado de anabolizantes. Isto é o que determina a Lei nº 13.679/06, aprovada em dezembro passado pela Assembléia, por proposição do deputado Antônio Aguiar (PMDB), e sancionada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) em janeiro.

O aviso deve ter os seguintes dizeres: "O uso de anabolizantes prejudica o sistema cardiovascu-

lar, causa lesões nos rins e no fígado, degrada a atividade cerebral e aumenta o risco de câncer".

O descumprimento da lei sujeita o responsável pelo estabelecimento a multa diária de R\$ 200, a partir da notificação, e à suspensão temporária das atividades esportivas oferecidas pelo estabelecimento, durante o prazo máximo de 30 dias corridos, em caso de nova notificação.

"O consumo de esteróides anabolizantes não é raro entre atletas e frequentadores de academias. Entre os efeitos nocivos estão doenças cardíacas, do fígado e dos rins", alerta o deputado, Aguiar, que é médico.

PLENÁRIO

Nadal pede mobilização para a BR-282

“A BR-282 exige do Parlamento catarinense e da sociedade organizada uma atitude decisiva, tendo em vista a novela que se arrasta há anos em torno de sua recuperação”, declarou o deputado Herneus de Nadal (PMDB), vice-presidente da Casa, em discurso na sessão de terça-feira (7).

A situação da rodovia foi tema de audiência pública em outubro do ano passado, quando ficou garantido que ela seria palco de um canteiro de obras, mas ficou tudo na promessa”, lembra.

O parlamentar afirmou que o governo do Estado está conseguindo inaugurar obras solicitadas há anos pelos catarinenses, enquanto o governo federal não cumpre suas promessas. De acordo com Herneus, dar aos municípios condições para que possam demonstrar suas potencialidades é imprescindível para o desenvolvimento.



Deputado Herneus de Nadal

Mota destaca evento desportivo

A 16ª edição do Arancadão de Caminhões, evento que acontece entre os dias 9 e 12 deste mês em Balneário Arroio do Silva, no Sul do estado, foi destacada pelo líder do PMDB, deputado Manoel Mota, como “a festa de valorização do motorista nacional, aquele que carrega o nosso PIB”, disse, referindo-se à grande contribuição dos motoristas na composição de nosso Produto Interno Bruto.

Mota aproveitou a ocasião para convidar a todos os catarinenses para participarem da festa.

Afrânio mostra imagens de tumulto em protesto na capital

Imagens do protesto que ocorreu no dia 16 de março, no terminal urbano do centro de Florianópolis, contra a tarifa única do transporte coletivo, implementada pela prefeitura, foram mostradas no dia 21, em Plenário, pelo deputado Afrânio Boppré (P-SOL). Os manifestantes do Movimento Passe Livre e do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Urbano entregaram panfletos em frente ao terminal, afixaram algumas faixas no local e discursaram, utilizando aparelhagem de som. Uma das críticas dos manifestantes foi a de que, atualmente, existem quatro valores diferentes de tarifas, e não uma tarifa única.

O deputado contou que alguns P-2 (policiais à paisana) chegaram ao local e arrancaram as faixas, confiscando os panfletos dos manifestantes. “E a polícia militar, ao invés de defender esses manifestantes da ação da P-2, deu cobertura”, criticou Boppré, afirmando que há uma criminalização dos movimentos sociais no estado. Depois da confusão, a PM acabou detendo Marcelo Pomar,

um dos líderes do Movimento Passe Livre. Também foi detido o fotógrafo do jornal *Diário Catarinense*, Cláudio Silva, quando fotografava o tumulto. Silva teria discutido com um policial e foi acusado de desacato. Depois de assinar um termo circunstanciado, os dois foram liberados no mesmo dia.

Após exibir várias fotos das ocorrências junto ao terminal de ônibus, Boppré disse que o povo tem que utilizar as urnas para responder a essa truculência “da polícia do PMDB”.

Nepotismo

A informação publicada na terça-feira (7) no jornal *A Notícia* sobre a disposição da Câmara de Vereadores de Joinville de acabar com o nepotismo no Legislativo, foi elogiada por Afrânio durante a sessão plenária da mesma tarde.

“O presidente da Câmara de Vereadores do município, Darci de Matos (PFL), decidiu dar um ultimato aos parlamentares. Todos os parentes não-concursados até terceiro grau deverão arrumar as



Deputado Afrânio Boppré

malas até o final de março e se despedir de seus postos do Legislativo”, diz trecho da matéria.

Boppré parabenizou todas as Câmaras de Vereadores que estão implantando a mesma medida. “O que a Assembléia de Santa Catarina vai fazer quando observa que a Câmara Federal já colocou na pauta e vai aprovar uma lei contra o nepotismo?”, indagou. Ele lembrou que no mês passado o Supremo Tribunal Federal (STF) também determinou o fim do nepotismo no Judiciário.

Violência preocupa parlamentar

Os casos de violência contra crianças e adolescentes têm preocupado a deputada Simone Schramm (PMDB), para quem o assunto é complexo e necessita de muita atenção. Conforme a deputada, que voltou a falar do assunto em Plenário, os crimes de abandono, maus-tratos e violência contra as crianças só acontecem porque os criminosos se sentem impunes. “É preciso união e luta. A violência contra a criança precisa de um diagnóstico precoce. É preciso parceria”, ressaltou.

A parlamentar também citou como exemplo a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, da cidade de Curitiba, que já capacitou mais de 9 mil pessoas, que atendem, em média, mais de 2 mil crianças por ano. “Essa capacitação serve para que as pessoas possam identificar precocemente os casos de violência contra as crianças. Eu conclamo a Frente Parlamentar de Apoio à Criança e ao Adolescente para lutar, a fim de que sejam garantidos os direitos das pessoas que serão o futuro do nosso país”, disse.

O projeto Radar - de sua autoria e vetado no começo do ano -, que autoriza a criação do Programa de Política Estadual de

Prevenção, Identificação e Coibição de Práticas de Violência ou de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado de Santa Catarina, também foi lembrado pela deputada.

A finalidade principal do projeto era adotar, permanentemente, na rede estadual de ensino, ações e serviços de profissionais capazes de identificar indícios de práticas de violência ou de exploração sexual de crianças e adolescentes, assim como proceder os devidos encaminhamentos à rede de proteção. “No Rio Grande do Sul, já funciona um projeto semelhante e acredito que os fatos noticiados pela imprensa, atualmente, como o caso do bebê encontrado dentro de um saco de lixo num rio, em Minas Gerais, nos ajude, e muito. São índices extremamente altos que precisam ser mudados”, concluiu.

Morte

Como os responsáveis pela morte do torcedor do Joinville ainda não foram identificados, a deputada peemedebista reivindicou da tribuna que “todos os esforços policiais sejam feitos para descobrir o assassino”.



Deputada Simone Schramm

O adolescente Júlio Cesar da Cruz, de 17 anos, morreu em consequência de um traumatismo craniano causado por uma pedra desferida contra o ônibus em que torcedores do JEC (Joinville Esporte Clube) voltavam para casa depois do jogo contra o Avaí, na capital. A tragédia forçou os clubes a proibir a entrada de torcedores de fora nos estádios.

A deputada ponderou que não pode haver fanatismo dos torcedores que frequentam os estádios. “A partir de agora, nós mães não podemos nem mais permitir que nossos filhos frequentem os estádios”, disse, pedindo ao autor do crime que se apresente à polícia.

Odete quer ações para prevenir gripe aviária

A gripe aviária está preocupando a Líder do PL, deputada Odete de Jesus. A doença, cujos primeiros focos foram confirmados em dezembro de 2003 em galináceos e patos domésticos, no Extremo Oriente, é transmitida aos humanos por via respiratória ou conjuntival.

Para prevenir a gripe aviária, a parlamentar encaminhou pedido à Secretaria Estadual da Saúde para que sejam disponibilizados medicamentos antivirais, de forma gratuita, a idosos e crianças que têm contato com aviários, embora não haja registro da doença em Santa Catarina. A deputada também pediu mais ações para conter a aftosa.

Eccel critica ação da polícia

Em discurso na tribuna, no último dia 21, o deputado Paulo Eccel (PT) comparou a situação da Segurança Pública no Estado de Santa Catarina e algumas ações policiais recentes com um “estado febril cuja causa é desconhecida”.

O parlamentar citou o caso ocorrido em São João Batista, cidade com apenas três policiais militares efetivos, mas que no dia 16 foi ocupada por mais de 100 deles, mobilizados para fazer cumprir ordem judicial, quando foram derrubados 30 barracos construídos em áreas proibidas. De acordo com Eccel, por volta das 6 horas houve a prisão de quatro moradores da comunidade de forma “preventiva. Um ato dessa natureza é típico de ditaduras”, classificou.



Deputado Paulo Eccel

Fórum vai discutir o uso de energias renováveis

Eduardo Guedes Oliveira



Parisotto, Odete, Godinho e Duduco foram os autores do requerimento

Preocupados com declarações feitas na mídia, que alertam para a possibilidade de um colapso na geração de energia no país, em função de um crescimento social e econômico desordenado, os líderes partidários Sérgio Godinho (PSB), Odete de Jesus (PL), Narcizo Parisotto (PTB) e Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT) requisitaram a criação do Fórum Permanente de Energia e Meio Ambiente.

A criação do Fórum foi anunciada na tribuna por Godinho. Segundo ele, isso vai permitir a ampla discussão de vários temas, dentre eles o incentivo à produção de energia de fontes renováveis

em Santa Catarina, a busca pelo incentivo do uso dos efluentes da suinocultura como fonte geradora de gás e energia, além da avaliação ambiental integrada dos aproveitamentos hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai em Santa Catarina. "É necessário que a discussão seja aprofundada pelo Parlamento catarinense e não se concentre apenas pelos atingidos por barragens", destacou.

Em aparte, o deputado José Carlos Vieira (PFL) frisou que os debates vão favorecer a elaboração do planejamento urbano em cada cidade, conforme as necessidades existentes no município.

Vieira elogia iniciativa para preservação



Deputado José Carlos Vieira

O deputado José Carlos Vieira (PFL) elogiou a atitude do Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria (Sindipan) de Joinville, e de mais três panificadoras da cidade, que há dois anos lançaram uma sacola de pão ecológica, feita de papelão, em substituição às sacolas de plástico. No final do ano passado, o material foi substituído por pano.

Segundo Vieira, a iniciativa teve apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) daquela cidade. A idéia, contou, vai ser difundida pela Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria para estimular

atitudes semelhantes em outras cidades do país.

Diversos parlamentares em aparte, também elogiaram a iniciativa. Na mesma sessão, José Carlos Vieira anunciou moção de sua autoria pedindo ao Congresso Nacional a rejeição da Medida Provisória nº 275/05, editada em 29 de dezembro de 2005, que teria ampliado a tributação de micro e pequenas empresas. Conforme José Carlos Vieira, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, determinou a duplicação dos limites de enquadramento das micro e pequenas empresas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (Simples). O limite de faturamento anual das microempresas passou de R\$ 120 mil para R\$ 240 mil e das empresas de pequeno porte passou de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões. Esses valores de receita bruta são base de cálculo para a aplicação de percentuais estabelecidos por lei. "A MP 275 aumentou os tributos para as micro e pequenas empresas", esclareceu o parlamentar, enfatizando que a medida prejudicou os ganhos obtidos com a Lei nº 11.196.

Perda de autonomia para criar municípios preocupa Titon

A Emenda Constitucional Federal nº 15/96, que dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, é motivo de preocupação para o deputado Romildo Titon (PMDB), já que diversos municípios já haviam iniciado os processos de emancipação e anexação e agora dependem de lei complementar.

"Em Santa Catarina, um exemplo é o distrito da Barra do Leão, que está anexado a Capinzal. Pela emenda, ele deveria retornar ao município-mãe, Campos Novos", declarou.

Quando a EC 15/96 foi promulgada, várias comunidades haviam iniciado o processo de transformação dos distritos em municípios.



Deputado Romildo Titon

Algumas já haviam realizado plebiscito, seguindo as regras da legislação anterior, e outras até mesmo eleito seus prefeitos e vereadores, mas não conseguiram a homolo-

gação do processo pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Titon, a Assembléia Legislativa do Mato Grosso entrou com um mandado de injunção com pedido de liminar no STF para assegurar ao Parlamento a autonomia de criar novos municípios em Mato Grosso. O STF tem um prazo de dez dias para apreciar os dados. "Por causa dessa emenda muitos municípios podem voltar a ser distritos. Acredito que seria importante que a Assembléia catarinense também fizesse parte desse processo. É claro que não se pode esquecer da regulamentação dos critérios para as emancipações e anexações de municípios", concluiu.

Sorgato sugere desconto em tributo estadual



Deputado Gelson Sorgato

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) foi à tribuna no dia 22/02, pedir apoio ao projeto que institui desconto no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

(IPVA) aos contribuintes que não receberem multa. "No último dia 13, eu entrei com uma indicação solicitando esses descontos. Agora tomei conhecimento de que o deputado Gelson Merísio também fez proposta nesse sentido. Isso é muito bom", comentou.

Conforme a indicação de Sorgato, no primeiro ano o desconto seria de 10% e, no ano seguinte, chegaria a 15% para aqueles motoristas que não cometeram nenhuma infração no ano anterior. "Na verdade, um projeto como esse é competência do Executivo, mas estamos aqui para dar o pontapé inicial. A idéia principal é poder preservar as nossas rodovias e as vidas do nosso povo", assinalou.

Merísio quer solução para crime no Oeste

A morte de Ulisses Estefani, presidente do Sindicato Rural de Abelardo Luz, completou um ano em fevereiro sem que os mandantes e assassinos tenham sido identificados. O protesto foi feito da tribuna pelo deputado Gelson Merísio (PFL). "Muito embora tenha havido mobilização, este caso não tem tido a atenção merecida das autoridades. O povo da região Oeste está indignado e insatisfeito com a falta de informações", reclamou.

No dia 16 de fevereiro, data do assassinato, um grupo de índios cercou uma fazenda de soja e pediu sua desapropriação em protesto ao assassinato. Em aparte, o deputado Onofre Agostini (PFL)



Deputado Gelson Merísio

disse que a população da região está indignada. "Ulisses era um homem simples, padeceu e ficou o dito pelo não dito", lamentou.

Celestino cobra relatório do governo estadual

O deputado Celestino Secco (PP) cobrou do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) o cumprimento do Inciso III do Artigo 7º da Lei nº 12.120, de 9 de janeiro de 2002, que determina que, na mensagem anual, o governador deve remeter ao Parlamento, como anexo, relatório sobre o desenvolvimento do Programa Catarinense de Inclusão Social.

De acordo com a Constituição do Estado, o governador deve remeter mensagem e plano de governo à Assembléia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do estado e solicitando as providências que julgar necessárias.

Ele disse que a bancada do PP vai entrar com pedido de informação questionando as 30 secretarias de Desenvolvimento Regional sobre o cumprimento da lei, que detalha como deve ser executado o Programa de Inclusão Social.

Na sessão do dia 22 de fevereiro, o progressista comentou artigo publicado na 30ª edição da revista *Democracia Viva*, sobre implementação de políticas públicas para a juventude. A revista, publicada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), mostrou que a educação foi o setor da gestão pública que mais centralizou a formulação e a implementação de políticas públicas de juventude, especialmente relacionadas à escolarização. "Temos que oferecer políticas públicas de apoio ao jovem", alertou.

PLENÁRIO

Assis quer decisão da CCJ sobre criação de CPI



Deputado Francisco de Assis

O líder do PT na Assembléia Legislativa, deputado Francisco de Assis, cobrou a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça sobre a instalação da Comissão

Parlamentar de Inquérito do Fundo Social. O parlamentar disse ter recebido denúncia de que uma entidade obteve recursos de mais de R\$ 100 mil do Fundo Social num único mês, constatando-se que no endereço descrito não havia nada além de uma casa abandonada.

Para ele, os parlamentares têm compromisso com a fiscalização do destino dos recursos públicos. "Esse Fundo não passa de um fundo eleitoral. A cada dia que passa, mais entidades estão sendo desmascaradas. O processo da CPI não está morto", disse. O requerimento da CPI foi admitido em Plenário durante a convocação extraordinária.

Eskudlark critica decisão do Supremo Tribunal



Deputado Maurício Eskudlark

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de progressão do cumprimento da pena para crimes hediondos, ocorrida na semana passada, foi criticada pelo depu-

tado Maurício Eskudlark (PSDB) durante manifestação da tribuna, na sessão ordinária do dia 2.

Para ele, a decisão do STF é contrária ao anseio da população, que pede mais segurança. "Um condenado por tráfico de drogas, por exemplo, que antes era obrigado a cumprir a pena integralmente, passa a cumprir apenas um sexto dela e é liberado. Será colocada nas ruas uma enormidade de marginais, penalizando a sociedade", lamentou. O deputado pediu a mobilização da sociedade brasileira e catarinense para alterar a decisão. "De cada oito crimes cometidos, sete são praticados por aqueles que estão em liberdade provisória", declarou.

Onofre propõe mudança em lei que define taxas de vigilância



Deputado Onofre Agostini

O deputado Onofre Agostini (PFL) anunciou da tribuna que está apresentando um projeto de lei para modificar a Lei nº 13.667/05, que criou a Taxa de Vigilância Sanitária Animal sobre o controle, fiscalização e certificação em saúde animal nas exposições, feiras, rodeios, leilões e no trânsito de animais.

"É um absurdo que o produtor tenha que pagar R\$ 1,50 por cabeça na remessa do gado e o mesmo para o retorno. Essa taxa só tem a finalidade de acabar com as exposições", disse, endossado em aparte pelo progressista deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP). Segundo ele, a lei criou uma espécie de bitributação no setor. "O produtor paga R\$ 1,50 por cabeça para expor o gado. Se vender, o comprador paga mais R\$ 1,50 e o pior, se o animal não for vendido para retornar o produtor vai ter que pagar novamente o mesmo valor. Enfim, vai pagar duplamente", completou Vieirão.

Petista recomenda isenção de ICMS para agricultura familiar

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) sugeriu ao governo estadual, em comentário feito da tribuna no dia 1º, que isente o agricultor do pagamento de ICMS. A medida, defende ele, vai aumentar a renda para o produtor e reduzir o peso do preço desses produtos no bolso do consumidor. Além disso, salientou, é uma forma de otimizar o programa federal Fome Zero.

De acordo com o parlamentar, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) compra diretamente os produtos cultivados nos estados pela agricultura familiar, destinando-os gratuitamente para estabelecimentos como creches, hospitais e escolas



Deputado Dionei Walter da Silva

da rede pública. A Conab executa operacionalmente o Fome Zero, recebendo produtos e serviços doados, incluindo a logística de

distribuição de produtos e serviços aos beneficiários indicados pelo Ministério da Segurança Alimentar e Combate à Fome. "Para que o programa dê certo, é necessário que os estados englobados entendam que se trata de um plano de inclusão, pois além do agricultor ser pago ele fica isento de qualquer imposto, incentivando a produção e a renda", lembrou Dionei.

Na sessão plenária do dia 2, o deputado propôs a elaboração de uma proposta de emenda constitucional para regulamentar a profissão do bombeiro civil e uma lei ordinária, detalhando as atribuições desses profissionais.

[DOS GABINETES]

BARRAGEM

O deputado Valmir Comin (PP) está buscando recursos junto à Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, para o asfaltamento do acesso da sede de Siderópolis à Barragem do Rio São Bento. Esse acesso é o ideal, segundo Comin. Embora a barragem esteja situada no município de Siderópolis, geograficamente ela está mais próxima à divisa com Nova Veneza. De Nova Veneza à Barragem, apesar da instalação de balneário e infra-estrutura, as obras ficaram pela metade.

O acesso Siderópolis-Barragem corta uma área de grande potencial turístico, destaca Comin. "São cachoeiras, belas e extensas paisagens que formam, com toda a certeza, forte atrativo ao turismo", destaca. De acordo com ele, já se encontra em fase adiantada a avaliação do Plano Diretor Auto-sustentável da Barragem do Rio São Bento, que irá regular e equilibrar o controle ambiental com a agregação de valores – na sua maior parte, voltada ao turismo – que dará enorme impulso à economia da Região Carbonífera Catarinense.

Para dar uma idéia da enorme importância da Barragem do Rio São Bento, uma das maiores bandeiras de Comin, como está sendo agora a luta pela construção da Barragem do Salto, em Timbé do Sul – basta dizer que a capacidade do reservatório é de 1 milhão e 400 mil metros cúbicos – quatro vezes o volume de água necessário para os 350 mil moradores da região, e suficiente para garantir o abastecimento por 40 meses à população. Uma capacidade que pode manter-se de 80 a 100 anos, segundo as estimativas. (Jandyr Côte Real)

CONFERÊNCIA SOCIALISTA

O mandato do deputado estadual Afrânio Boppré-P-SOL convida para a Conferência Socialista, evento que tem o objetivo de contribuir para a reflexão e oportunizar o encontro daqueles que acreditam no socialismo como uma alternativa real de construção de uma nova sociedade. Os palestrantes debaterão a estratégia para a construção e qual programa constrói e define o socialismo. Serão palestrantes e debatedores, o deputado estadual Afrânio Boppré, o deputado federal Chico Alencar (P-SOL/RJ), o sociólogo e professor Chico de Oliveira, o arquiteto e ex-prefeito de Belém Edmilson Rodrigues, o professor-doutor Idaeto Malvezzi Aued, o professor Plínio de Arruda Sampaio Jr. e a economista e professora Rosa Maria Marques. A Conferência Socialista será dia 18 de março, sábado, com abertura às 8h30 e encerramento às 18h, no auditório do Tribunal de Contas do Estado – Rua Bulcão Vianna, 90, esquina com a Av. Hercílio Luz, no Centro de Florianópolis. (Celso Rosa)

HOMENAGEM

Por solicitação do deputado Onofre Santo Agostini, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), determinou, através da Resolução nº 5/06, que a 19ª edição dos Joguinhos Abertos de Santa Catarina levem o nome do desportista Felipe Abrahão Neto (em memória), vulgo Feio, natural da cidade paranaense de Malé e radicado em Curitiba.

O que levou Agostini a fazer tal solicitação foi sua amizade, respeito e reconhecimento ao excelente trabalho desenvolvido por Neto dentro dos desportos catarinenses, onde ocupou os cargos de coordenador de Desportos do Estado, presidente do Conselho Estadual de Esportes e da Fundação Municipal de Esportes de Curitiba, entre outros. Também foi o idealizador dos Joguinhos Abertos em Santa Catarina. "Feio, como era conhecido, marcou sua passagem pelo desporto como um dos mais atuantes e destacados dirigentes do esporte amador do estado, e nada mais justo do que prestar esta homenagem a esse homem que sempre fez o melhor para que o melhor sempre estivesse em suas ações", declarou Onofre. (Jucimar José Lázare)

Projeto institui Coordenadoria da Mulher

Projeto foi assinado pelo governador durante o ato solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Outra proposição, chancelada pelo presidente da Assembléia, Julio Garcia (PFL), cria a Comissão dos Direitos da Mulher no âmbito do Legislativo.

Mulheres de várias regiões de Santa Catarina, ligadas a movimentos sociais, prestigiaram na quarta-feira (8), no auditório do Tribunal de Justiça, o ato solene da Assembléia Legislativa que homenageou o Dia Internacional da Mulher, comemorado nesta data.

Dois momentos especiais marcaram a solenidade: a assinatura pelo governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), do projeto de lei do Executivo que será encaminhado à Assembléia, criando a Coordenadoria Estadual da Mulher, e do Projeto de Resolução, assinado pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), que cria, no âmbito do Legislativo, a Comissão dos Direitos

da Mulher, em substituição à Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher. À coordenadoria estadual, ligada ao gabinete do governador, caberá o desenvolvimento de políticas públicas para reduzir desigualdades sociais entre homens e mulheres de Santa Catarina. Quanto à Comissão da Assembléia, as atividades serão específicas na discussão de propostas de leis que beneficiem a mulher catarinense.

Entre o público que prestigiou o ato solene, diversos parlamentares e a primeira-dama do Estado, Ivete Appel da Silveira, acompanharam o lançamento do programa "Minuto da Mulher", que será veiculado semanalmen-

Solon Soares

te na TVAL e na Rádio Alesc Digital, abordando temas voltados ao papel da mulher na sociedade. Na ocasião, a Assembléia Legislativa entregou flores e placas comemorativas a diversas mulheres catarinenses por suas atuações em movimentos sociais.

O presidente do Legislativo disse que, desde o início da luta das mulheres, há mais de um século, é possível perceber o quanto a humanidade evoluiu na convivência entre homens e mulheres. "Foram muitas conquistas, que crescem a cada dia. Esta é uma justa homenagem", disse Garcia.

Solon Soares



A bancada feminina: deputada Odete, do PL...



...a peemedebista Simone, que assumiu a vaga de Gilmar Knaesel (PSDB)...



Assinatura dos projetos pelos chefes dos dois Poderes foi comemorada pelas lideranças femininas

Bancada feminina reivindica cumprimento da legislação

A bancada feminina da Assembléia Legislativa, formada pelas deputadas Ana Paula Lima (PT), Simone Schramm (PMDB) e Odete de Jesus (PL), destacou a luta das mulheres nas últimas décadas, na busca dos seus direitos. Elas lembraram que, apesar das conquistas, muito ainda precisa ser feito. A deputada Odete cobrou do Executivo a implementação da lei que institui os direitos do paciente, enquanto a deputada Ana Paula solicitou a regulamentação da lei que trata da notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher. Já a deputada Simone salientou que, com a criação da Coordenadoria Estadual da Mulher, Santa Catarina dá um exemplo ao Brasil, de valorização da classe feminina.

A presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), professora Zuleika Lenzi, elogiou o trabalho das parlamentares estaduais na elaboração de projetos, transformados em leis, voltados à defesa das mulheres do estado. Ela entregou ao governador um documento elaborado pelos movimentos de mulheres catarinenses, com dados da realidade catarinense. Esses dados mostram, por exemplo, que 431 mil famílias são chefiadas por mulheres, que representam 43% da população economicamente ativa. A carta também pede a

construção de novas Casas Abrigos, centros de referência de atendimento à mulher, delegacias especializadas, creches e maior presença de mulheres nos quadros administrativos estaduais.

Diferenças

Ainda sobre dados, a representante do Movimento de Mulheres Negras de Santa Catarina, Vera Lúcia Fermiano, lamentou as diferenças entre mulheres brancas e negras. Segundo ela, a taxa de analfabetismo entre as mulheres negras catarinenses é superior a 9% - o dobro da taxa entre as analfabetas brancas, que é de 4%. Também são as mulheres negras que têm menor acesso aos serviços de saúde.

A diretora-geral da Secretaria de Estado do Planejamento, Anita Pires, falou da luta de mais de duas décadas das mulheres de Santa Catarina para a elaboração de leis que beneficiem as 3 milhões de mu-

lheres do Estado. Um exemplo de desigualdade citado por Anita é a relação escolaridade - rendimentos. As mulheres de Santa Catarina têm mais escolaridade que os homens, e no entanto têm metade do rendimento deles. A análise das estatísticas, reforçou Anita, comprovam a necessidade de políticas públicas eficientes no combate à discriminação das mulheres.

Solon Soares



...e Ana Paula (PT), em seu primeiro mandato